



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Família em campanha

As duas candidatas ao Senado pelo PL do Distrito Federal, Bia Kicis e Michelle Bolsonaro, escolheram pessoas da própria família como suplentes. O suplente de Michelle será o irmão dela Diego Torres Dourado (E), que até o ano passado exercia um cargo no governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos), em São Paulo. O PL terá também como candidato a deputado distrital Eduardo Torres (D), outro irmão de Michelle. E Bia escolheu o filho para substituí-la eventualmente, caso seja eleita. Na chapa, o primeiro suplente de Bia será o filho Samuel Kicis. Ele foi tesoureiro do PSL, partido pelo qual Bia, atual presidente do PL-DF, elegeu-se pela primeira vez em 2018.

Divulgação



Candidato oficial

A convenção do PSB-DF aprovou a candidatura de Ricardo Cappelli ao Governo do Distrito Federal, e agora é oficial. Cappelli vai fazer campanha ao lado de Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque e Professor Israel Batista, que vão concorrer ao mandato de deputado federal. Mas Cappelli não desistiu de obter o apoio dos demais partidos do campo progressista no DF. Disse que mais uma vez ofereceu a vice para o PT. Mas sabe que eles não vão aceitar.

Divulgação



Convenção do PT fica para a última hora

A federação formada pelo PT-PCdoB-PV adiou pela segunda vez a data da convenção. Será amanhã, no prazo final. O grupo liderado por Leandro Grass espera a convenção do PDT, que lançará a candidatura de Leila do Vôlei ao Senado hoje.

Divulgação



Juntas na disputa

A ex-administradora do Lago Sul Natanry Osório será confirmada hoje em convenção do PSDB-DF candidata a deputada distrital. Ela fará campanha ao lado de Paula Belmonte, que começa hoje, oficialmente, a disputa ao Palácio do Buriti.

Divulgação



Velocidade, política e religião

Celina Leão (PP) e Gustavo Rocha (Republicanos), dobradinha na chapa para governo e vice, foram juntos de moto ao último dia do Capital Moto Week. Antes, passaram na convenção do MDB, que fechou apoio à dupla. No Capital Moto, eles almoçaram com um grupo de motociclistas evangélicos.

Divulgação/TCU



Jantar celebra 21 anos do mandato de Augusto Nardes no TCU

Um jantar vai celebrar hoje os 21 anos de atuação do ministro Augusto Nardes no Tribunal de Contas da União (TCU). O evento será realizado no Coco Bambu do Lago Sul, em Brasília. A celebração, intitulada “Um Jantar Especial com a Advocacia”, reunirá autoridades, juristas e profissionais do direito para uma noite de confraternização.

Herdeira política

Augusto Nardes foi vereador em Santo Ângelo (RS), deputado estadual por dois mandatos e deputado federal por três mandatos consecutivos pelo Rio Grande do Sul. Foi nomeado ministro do TCU em 2005, após indicação da Câmara dos Deputados e nomeação pelo presidente Lula. Agora, Nardes quer eleger a filha sucessora na política, a jornalista Cris Nardes que teve o nome aprovado pela convenção do Republicanos para concorrer a deputada distrital.

Divulgação



Ed Alves/CB/D.A Press



Presidente do SindMédico lança candidatura à CLDF

O presidente do Sindicato dos Médicos do DF (SindMédico), Gutemberg Fialho, lançou sua candidatura a deputado distrital na última sexta-feira, durante a convenção do partido Democracia Cristã. O Dr. Gutemberg, como é conhecido, é a principal aposta da sigla para representar a saúde — área apontada como a maior preocupação da população do Distrito Federal. O DC está na coligação de Celina Leão (PP).

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

Operação Compliance Zero

Instituição financeira convocou uma assembleia geral extraordinária on-line para deliberar sobre autorização para ações judiciais contra os ex-administradores do banco nas transações fraudulentas com o Master

Ex-dirigentes na mira do BRB

» ANA CAROLINA ALVES
» PAULO GONTIJO

O Banco de Brasília (BRB) convocou os acionistas da instituição a uma assembleia geral extraordinária, marcada para o dia 24, às 10h, com o objetivo de deliberar a autorização sobre a adoção de medidas judiciais contra ex-administradores que venham a ser identificados como responsáveis pelos prejuízos causados ao BRB nas transações envolvendo o Banco Master. Os acionistas vão receber uma lista com quase 30 nomes para decidir sobre quais medidas de responsabilização civil serão ajuizadas contra os ex-administradores e funcionários. O BRB não divulgou os nomes dos funcionários envolvidos no esquema criminoso. No entanto, o **Correio** apurou que entre eles está o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa, preso na Papudinha desde 16 de abril, investigado pela Polícia Federal no âmbito da Operação Compliance Zero; o ex-diretor de finanças e controladoria do banco na época

da operação, Dairo Oswaldo Garcia Junior; e outros 25 empregados do banco alvos de Processos Administrativos Disciplinares (PADs), e foram afastados pela governadora Celina Leão em 1º de abril. De acordo com o chamamento, a medida busca viabilizar a reparação de danos ao patrimônio material e moral da instituição “em decorrência das operações realizadas com o ecossistema Banco Master/Reag, no contexto dos fatos apurados na Operação Compliance Zero”. O texto destacou que a ação reforça o compromisso da instituição com a transparência, a governança e a defesa dos interesses dos acionistas, “buscando o ressarcimento de eventuais danos ao patrimônio da instituição”. Poderão participar da assembleia os acionistas titulares de ações emitidas pelo BRB, além de seus representantes legais ou procuradores. A participação virtual dependerá de cadastramento prévio, que deverá ser solicitado até 22 de agosto pelo e-mail ri@brb.com.br. Os acionistas que optarem por votar a distância deverão encaminhar o boletim de

pacífico



Banco quer recuperar dinheiro depois do escândalo do Master

voto, devidamente preenchido e assinado, até 20 de agosto. A convocação foi publicada no *Diário Oficial do Distrito Federal* (DODF) de ontem, e a assembleia será em modo exclusivamente virtual. Paulo Henrique Costa presidiu o BRB entre 2019 e 2025. O executivo chegou ao cargo após indicação do então governador Ibaneis Rocha (MDB) e foi afastado do cargo em

novembro de 2025 após a primeira fase da Operação Compliance Zero pelo próprio governador. Depois disso, começou a ser investigado por suspeita de descumprimento de práticas de governança e por permitir operações sem lastro envolvendo o Master, até a sua prisão em abril. Desde então, o ex-dirigente do banco tenta negociar uma delação premiada com a Polícia Federal. No entanto, segundo apurou a colunista Ana Maria Campos, ele estaria desiludido com a possibilidade após

as várias tentativas de negociação. “Eles já sabem de tudo”, teria dito a um empresário durante visita na Papudinha. Eles, no caso, seriam policiais federais responsáveis pela operação. Sem nada a acrescentar na investigação, a delação não avança.

Empréstimo

Enquanto discute as questões administrativas, o BRB espera resolver a capitalização da instituição por meio do empréstimo feito junto ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) de R\$ 6,6 bilhões. No último domingo, a governadora Celina Leão (PP) afirmou que o negócio está praticamente concluído e depende apenas da assinatura final. O acordo que viabiliza a operação foi firmado em 28 de maio entre a União, o Governo do Distrito Federal (GDF), o Banco Central e o BRB, com mediação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux. Pela decisão, o empréstimo será contratado com garantia de fiança oferecida por um sindicato de bancos e contragarantias provenientes

do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sem necessidade de aval da União. O acordo prevê uma série de compromissos de ajuste fiscal por parte do GDF. Entre eles, está a adoção das vedações constitucionais de controle de despesas previstas no artigo 167-A da Constituição Federal. Outro ponto estabelece que eventuais recursos obtidos pelo Distrito Federal em ações judiciais ou acordos relacionados a prejuízos causados ao BRB deverão ser destinados prioritariamente à quitação da operação de crédito. Durante as negociações com o FGC, o GDF solicitou prazo de dois anos de carência e 15 anos para o pagamento do financiamento. O prazo ainda não foi aceito definitivamente. A contratação do empréstimo foi autorizada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CL-DF) por meio do Projeto de Lei nº 2.363/2026, que ratificou os termos do acordo homologado pelo STF. A lei foi sancionada por Celina Leão, com vetos, em 24 de junho.